

COORDENADORES:

CARLOS HENRIQUE ABRÃO

MODESTO CARVALHOSA

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

# A TUTELA COLETIVA DO ACIONISTA MINORITÁRIO

## OS 30 ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI 7.913/89: UMA VISÃO PROSPECTIVA CONSTRUTIVA

Alexandre Pinheiro dos Santos	Larissa Carneiro Rodrigues
Carlos Henrique Abrão	Lionel Zaclis
Carlos Roberto Claro	Luísa Quintão
Cesar Pereira	Luiz Guilherme Marinoni
Délton Esteves Pastore	Paulo Henrique dos Santos Lucon
Fernando Kuyven	Paulo Penalva Santos
Giovanna Vieira Portugal Macedo	Rafael Ribeiro Rodrigues
Gustavo Saad Diniz	Rodolfo de Camargo Mancuso
Ivo Waisberg	Sérgio Cruz Arenhart
João Pereira Monteiro Neto	Vanilda Fátima Maioline Hin

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2019  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

**CARLOS HENRIQUE ABRÃO, MODESTO CARVALHOSA &  
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON (COORD.)**

*A Tutela Coletiva do Acionista Minoritário*

*Os 30 anos de vigência da lei 7.913/89: uma visão prospectiva construtiva*

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 978-85-7453-846-4

1. Ação Coletiva. 2. Acionista Minoritário. 3. Mercado de Capitais. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Ronaldo Santos Soares

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro - São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

*Email*: quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio.....	11
---------------	----

### **As Atuações Conjuntas da CVM e do MPF na Tutela Coletiva, 13**

ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS

Introdução .....	13
Capítulo 2. Balizamento específico da tutela coletiva no mercado de capitais: o exemplo do <i>insider trading</i> .....	16
Capítulo 3. Exemplos de atuações da CVM e do MPF no âmbito da tutela coletiva .....	25
Conclusão.....	29

### **Aquisição pelos Administradores e Acionistas Controladores Mediante *Insider Trading*, 31**

CARLOS HENRIQUE ABRÃO

1. Introdução .....	31
2. O escopo da Lei nº 7.913/89 .....	33
3. O preciosismo da ação coletiva e os interesses difusos .....	34
4. O significado da ação coletiva e o mercado acionário .....	37
5. As práticas lesivas do <i>insider trading</i> .....	39
6. Temática jurisprudencial e tutela do investidor .....	41
7. Síntese conclusiva da tutela coletiva e seus reflexos.....	44
Referências .....	45

### **Ensaio Sobre a Lei 7.913/89, 47**

CARLOS ROBERTO CLARO

1. Introdução .....	47
2. Visão geral da Lei 7.913/89 .....	51
3. Representação adequada .....	54
4. Reflexões sobre a <i>class action</i> e o sistema brasileiro .....	59
Conclusão.....	62

## **Substituição da ação civil pública por arbitragem nos casos de proteção coletiva dos investidores no mercado de capitais (Lei nº 7.913/1989), 65**

CESAR PEREIRA

LUÍSA QUINTÃO

1. Introdução.....	65
2. Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos.....	66
3. Representação por associação como direito fundamental.....	67
4. A substituição processual nas ações coletivas (tutela de direitos coletivos).....	69
5. O regime especial da Lei nº 7.913/1989 e a legitimidade do Ministério Público.....	71
6. A defesa de direitos (coletivos) de acionistas pelo Ministério Público.....	73
7. Interpretação ampliativa da Lei nº 7.913/1989: legitimidade de associações ou entidades de classe.....	76
8. Cenário internacional.....	76
9. Regras institucionais.....	78
10. Conclusão.....	82

## **Acionistas Minoritários e a Ação Coletiva: os 30 Anos da Lei 7.913/89 – Ressarcimento Integral e o Dano Coletivo, 85**

DÉLTON ESTEVES PASTORE

1. Considerações iniciais.....	85
2. A importância da governança nas companhias.....	86
3. Interesse público.....	87
4. Mercado de capitais.....	89
5. Dever de informação.....	90
6. Responsabilidade civil. Responsabilidade do fornecedor.....	92
7. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	94
8. Dano coletivo.....	95
9. Ressarcimento.....	99
10. Conclusões.....	103
11. Referências.....	104

## **Legitimidade Ativa e Passiva na Lei 7.913/89, 107**

FERNANDO KUYVEN

I. Considerações gerais sobre a tutela coletiva.....	107
Tutela coletiva como garantia de acesso à Justiça.....	107
Tutela dos interesses individuais homogêneos.....	110
II. Legitimação Ativa Ampliada.....	112
Exclusividade da legitimação do Ministério Público.....	113
Legitimidade ativa das associações de investidores.....	116
Legitimidade ativa em arbitragens coletivas.....	119

III. Legitimação passiva em cada caso concreto.....	121
IV. Conclusão .....	124

## **O Valor da Causa nas Ações Coletivas Indenizatórias e a Liquidação de Sentença, 125**

GIOVANNA VIEIRA PORTUGAL MACEDO

1. Introdução .....	125
2. Valor da causa – breve conceituação.....	126
3. Comparativo entre as regras previstas na Lei 5.869/1973 e na Lei 13.105/2015.....	127
4. Do valor da causa nas ações indenizatórias.....	129
5. Do valor da causa e as ações civis públicas.....	132
6. Valor da causa – Lei 7.913/1989.....	133
7. Liquidação de sentença coletiva.....	135
8. Liquidação de sentença coletiva – Lei 7.913/1989.....	137
9. Conclusão.....	141

## **Intervenção *Amicus Curiae*: Sentido e Alcance, 145**

GUSTAVO SAAD DINIZ

1. Pressupostos.....	145
2. Objeto de tutela coletiva da Lei nº 7.913/89 .....	147
3. Legitimação ativa da Lei nº 7.913/89 e a atuação do <i>amicus curiae</i> .....	149
3.1. Legitimação ativa .....	149
3.2. Função do <i>amicus curiae</i> .....	149
3.2.1. A CVM como <i>amicus curiae</i> nas ações da Lei nº 7.913/89.....	152
3.2.2. Atuação de associações de classe e outras organizações .....	153
4. Atuação do <i>amicus curiae</i> em casos de <i>insider trading</i> .....	154
5. Conclusões.....	158
Bibliografia .....	159

## **A Posição dos Investidores e Acionistas na Execução e Recebimento do Dano – Notas sobre o art. 2º da Lei nº 7.913/89, 161**

IVO WAISBERG

I. Introdução .....	161
II. O artigo 2º da Lei nº 7.913/89 .....	163
1. Quem deve receber a indenização.....	164
2. Como dividir entre os legitimados.....	166
3. Forma de exercício do direito ao quinhão.....	167
4. Prazo para o exercício .....	169
III. Conclusão.....	170
IV. Referências.....	170

## **Liquidação de Sentença e a Lei 7.913/89: das dificuldades procedimentais em reparar os danos dos investidores, 173**

LARISSA CARNEIRO RODRIGUES

Introdução .....	173
1. Ação civil pública e o mercado de capitais .....	173
2. Liquidação das sentenças condenatórias genéricas.....	179
2.1. Sentença ilíquida .....	179
2.2. Liquidação de sentença oriunda de Ação Civil Pública .....	180
3. A quantificação dos danos individuais em face da sentença coletiva e a dificuldade procedimental da liquidação pelo procedimento comum.....	184
Conclusão.....	186
Referências .....	187

## **Extensão Subjetiva da Sentença e da Coisa Julgada em Ações Societárias, 191**

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

1. Esboço da questão.....	191
2. A prevalente orientação doutrinária e jurisprudencial sobre a questão.....	192
3. Um caso de tutela coletiva? .....	195
4. Representação adequada dos interesses dos ausentes .....	201
5. Em conclusão.....	211

## **Litisconsórcio Ativo e Litisconsórcio Passivo na Ação Civil Pública – Lei nº 7.913/1989, 213**

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

JOÃO PEREIRA MONTEIRO NETO

1. Introdução .....	213
2. Relevância do estudo do litisconsórcio.....	214
3. Premissas conceituais .....	214
4. Ação civil pública com fundamento na Lei nº 7.913/1989: a tutela jurídica dos investidores no mercado de valores mobiliários.....	218
5. Formação do litisconsórcio ativo.....	221
6. Integração do litisconsórcio passivo .....	225
7. Considerações finais.....	229
Referências .....	230

## Valor da Causa na Ação Civil Pública da Lei nº 7.913/89, 233

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON  
RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES

1. Premissas gerais sobre valor da causa no processo civil .....	233
2. Valor da causa na ação civil pública.....	235
3. Análise da ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários .....	237
4. Valor da causa nas ações civis públicas fundadas na Lei nº 7.913/89 .....	246
Referências .....	249

## Tutela Coletiva e Liquidação dos Danos na Lei nº 7.913/89, 251

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

1. Sistema de tutela de direitos transindividuais .....	251
2. Direitos e não interesses.....	254
3. Classificação dos direitos transindividuais .....	256
i. Direitos difusos.....	256
ii. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i> .....	258
iii. Direitos individuais homogêneos .....	260
4. Críticas sobre a sistematização da tutela coletiva .....	261
5. Liquidação da sentença genérica na Lei nº 7.913/89.....	263

## A Tutela de Urgência na Ação Civil Pública por Danos ao Mercado de Capitais, 275

PAULO PENALVA SANTOS

VANILDA FÁTIMA MAIOLINE HIN

I. O escopo da lei nº 7.913 de 1989.....	275
I.a) Práticas ilícitas – o direito material .....	276
I.b) Titulares dos direitos protegidos pela Lei: titulares de valores mobiliários e investidores no mercado de capitais.....	277
I.c) Natureza dos direitos protegidos: difusos, coletivos e individuais homogêneos... ..	280
I.d) A CVM: natureza jurídica, competências e legitimidade para ajuizar ACP.....	282
II. Fundamento constitucional do direito à tutela de urgência.....	289
II.a) A tutela cautelar como direito do jurisdicionado em caso de risco de lesão a direito.....	289
II.b) As medidas cautelares e as medidas antecipatórias no CPC/1973 .....	291
II.c) A tutela cautelar de urgência e a medida antecipatória na LACP.....	293
II.d) O sistema adotado pelo CPC/2015 .....	297
III. Conclusões – Aplicabilidade das normas do CPC/2015 à ACP de proteção ao mercado.....	299

## **Ação Civil Pública para Tutela dos Interesses dos Titulares de Valores Mobiliários e Investidores do Mercado. Uma Análise da Lei 7.913, de 7.12.89, 301**

**RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO**

1. As medidas judiciais a que se refere a Lei 7.913/89 em seu art. 1º.....	301
2. O sistema de execução <i>sui generis</i> instituído no art. 2º da lei 7.913/89.....	306
3. Contraste entre os ilícitos civis previstos na lei 7.913/89 E os tipos penais na “lei do colarinho branco” (n. 7.492/86), <i>Rectius</i> , sobre “crimes contra o sistema financeiro nacional” .....	312
4. Aspectos outros.....	315
4.1. A provável conexão de causas na eventual concomitância das ações do Ministério Público e do próprio lesado.....	315
4.2. O resíduo da condenação não reclamado pelos interessados.....	316

## **O Investidor no Mercado de Capitais em Face da Lei, 319**

**LIONEL ZACLIS**